



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Campus Serrinha

Declaração 22/2026 - SER-COMPRAS/SER-DAP/SER-DG/RET/IFBAIANO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N° /2026

Processo Administrativo n.º 23790.251487.2026-81

Torna-se público que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus Serrinha, por meio do Setor de Compras, sediado na Estrada Vicinal de Aparecida - Bairro: Aparecida, s/n - CEP: 48.700-000 - Serrinha - BA realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 03/06/2026
Link: www.comprasgovernamentais.gov.br
Horário da Fase de Lances: 8:00 às 14:00 h

1.OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de materiais elétricos, hidráulicos e de manutenção predial, por meio da dispensa de licitação eletrônica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Item	Especificação	Quant.	Marca	Preço (R\$)
Unitário	Total			

01	<p>Refletor Solar 500W Holofote Led Com Placa Automático Ip67. Principais Características: Acende automaticamente ao anoitecer em modo dimerizado (sistema de fotocélula). Possui uma placa solar com suporte para fixação, e com um cabo 4 metros para interligar ao Refletor. Produto de fácil instalação, sem a necessidade de fios ligados a energia; Acompanha controle remoto de longo alcance em at 10m de distância, podendo ser realizado ajustes de tempo de funcionamento</p> <p>e iluminação; Altograu de proteção (IP67) contrachuvas e tempestades. Indicadopara áreas externas;Especificações Técnicas Potência:500w; Cor da Luz: Br. anco Frio;Temperatura de Cor: 6.500kFluxoLuminoso: 37.500 lms;Autonomia: 1 noite (de 8 a 12h);Tempo de carga Solar: 6 a 8h ;Ângulo de iluminação: 120; Vidaútil: 40.000h; Índice de proteção:Ip67; Material do produto:Acrílico e metal pintado;Tamanho do Cabo: 4m; Controleremoto: Usado apenas para a 1configuração ou mudança defuncionamento; AcionamentoAutomático: Ao anoitecer liga edesliga ao amanhecer; AlturaRecomendada de Instalação: até 8m; Tamanho do Refletor:24x28x3cm. Tamanho da Placa:36x45x2cm. Quantidade deLEDS: 144 Leds; Vida útil daBateria: 20.000 hrs em média;Material da bateria: Células deLithium; Peso total aproximadodo produto: 2.5kg. ITENSINCLUSOS: 01 Placa solarfotovoltaica de 6V; 01 RefletorHolofote Super LED 500W IP67A Prova D'gua; 01 ControleRemoto; 01 Kit com duas pilhasAAA; 01 Kit com 04 conectores;01 Manual; Normas ABNT: NBR15129 e NBR IEC 60529.Garantia mínima: 12 meses</p> <p>MARCAS: Ecosoli, Ecoforce, SolarLight, Fotovolt</p>	04	<p>MARCAS: Ecosoli, Ecoforce, SolarLight, Fotovolt</p>	R\$ 1.053,12	R\$ 4.212,48
----	--	----	---	--------------	--------------

02	<p>Refletor LED 500w IP67 6500kPotência: 500w / tensão: bivolt36x60x6cm Alumínio Preto/temperatura de cor: 6500k – luzbranca / fluxo luminoso: 37.500lúmens / grau de proteção: IP67.Especificação Técnica: Potência:500W Temperatura de Cor:6500K (branco frio) Grau deProteção (IP): IP67 (proteção totalcontra poeira e submersãotemporária) Tensão: Bivolt (110V/220V) Fluxo Luminoso: Variatipicamente de 37.500 a 50.000lúmens, ou até mais em modelos industriais Vida Útil Estimada:Geralmente entre 40.000 e 50.000horas Material: Comum aconstrução em alumínio e vidrotemperado para durabilidade eleveza; Tecnologia LED:Frequentemente utiliza tecnologiaSMD de última geração paramaior eficiência energética. ABNT: NBR 15129 e NBR IEC60529 Garantia mínima: 12 meses.MARCAS: AVANT, G-LIHTou TASHIBRA.</p>	05	<p>MARCAS: AVANT, G-LIHTou TASHIBRA.</p>	R\$ 424,48	R\$ 2.122,40
03	<p>Ralo Linear Modular com CaixaColetora Plástica e Grelha deAlumínio. Descrição do Objeto:Sistema de drenagem linearmodular composto por caixascoletoras inferiores (corpo doralo) injetadas em plástico de altaresistência (PVC ou polietileno) e grelhas removíveis superiores emalumínio. Totais do Conjunto:Extensão linear total de 200 cm a210 cm por largura nominal de 15cm a 16 cm, obtida através doacoplamento estanque de módulosintercalados. Características daCaixa Coletora (Chassi): Corpoem peça plástica moldada comsaídas integradas (laterais e inferiores) preparadas paraconexão em tubulações de esgoto/pluvial de 75 mm ou 100 mm,dotadas de encaixe macho-fêmeapara prolongamento linear etampões de extremidade(cabeceiras). Características daGrelha Superior: Grelhaestruturada em alumínio comacabamento natural, vazada porrasgos transversais para captaçãode água, equipada com telainterna inferior de malha fina(anti-inseto e antirrato) emalumínio ou nylon para evitar aentrada de pragas urbanas epassagem de resíduos sólidos.Instalação e Normas:Nivelamento plano com o pisoacabado do refeitório, fixaçãomecânica por chumbamento embase de concreto/argamassa eatendimento geral à norma ABNTNBR 8160.</p>	01	XXXXXXXX	R\$ 503,21	R\$ 503,21

04	<p>Ralo Linear com Caixa Coletora Plástica e Grelha de Alumínio. Descrição do Objeto: Sistema de drenagem linear para piso, composto por caixa coletora inferior (corpo do ralo) injetada em plástico de alta resistência (PVC ou polietileno) e grelha removível superior em alumínio. Dimensões Nominais: 100 cm de comprimento total por largura nominal de 15 cm a 16 cm. Características da Caixa Coletora (Chassi): Corpo em peça plástica moldada com saídas integradas (laterais ou inferiores) preparadas para conexão direta em tubulações de esgoto/pluvial de 75 mm ou 100 mm. Deve possuir encaixes nas extremidades para receber tampões de fechamento (cabeceiras). Características da Grelha Superior: Grelha estruturada em alumínio com acabamento natural, vazada por rasgos para captação de água, com superfície adequada para tráfego de pedestres seguro. Acessórios Obrigatórios: Tela interna inferior de malha fina (anti-inseto e antirrato) em alumínio ou nylon para impedir a entrada de pragas urbanas e resíduos sólidos. Instalação e Normas: Nivelamento plano como piso acabado, fixação mecânica por chumbamento em base de concreto/argamassa e atendimento geral à norma ABNT NBR 8160.</p>	03	XXXXXXXXXX	R\$ 233,86	R\$ 701,58
----	---	----	------------	------------	------------

05	<p>Porta de Giro Mista em Alumínio e Vidro – Linha 25 para Áreas de Serviço/Acessos. Descrição do Objeto: Porta de abrir/ giro de 01 (uma) folha, confeccionada em perfis de alumínio com pintura eletrostática a pó na cor branca. O fechamento deve ser misto, composto por painel cego em lâmbri horizontal de alumínio na seção inferior e quadro com visor de vidro fixo na seção superior, dotado de vedação periférica emborrachada ou guarnições elastoméricas. Dimensões Nominais: 210 cm de altura x 90 cm de largura total (incluindo o batente/requadro). Especificação do Vidro Superior: Vidro comum, tipo liso transparente ou impresso (mini-boreal), com espessura mínima de 4 mm, instalado com baguetes de alumínio de forma estanque. Estrutura e Tipologia: Perfis estruturais correspondentes à Linha 25 (bitola comercial de 25 mm). O conjunto deve apresentar rigidez mecânica adequada para o tráfego residencial/comercial padrão, em conformidade com as pressões de vento da região de instalação. Lado de Abertura: Lado direito (conforme planta baixa do projeto). Acessórios Inclusos: O conjunto deve ser fornecido montado, contendo batente (marco) integrado, baguetes de alumínio para fixação do vidro, no mínimo 03 (três) dobradiças em alumínio, fechadura mecânica completa padrão interna/externa (cilindro monobloco) com acabamento cromado ou pintado, maçaneta e contra-testa aplicados. Normas Técnicas de Referência: O material fornecido deve atender aos requisitos mínimos da norma ABNT NBR 10821 (Esquadrias para edificações). Garantia Mínima: 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação e corrosão estrutural.</p>	01	XXXXXXXXXX	R\$ 1.416,20	R\$ 1.416,20
----	---	----	------------	--------------	--------------

06	<p>Tinta Epóxi à Base de Água –Acabamento Brilhante. Descrição do Objeto: Aquisição de tinta de acabamento predial do tipo epóxi, veículo à base de água, com acabamento brilhante, monocomponente ou bicomponente, indicada para aplicação interna sobre superfícies de alvenaria, reboco, gesso ou concreto. Unidade de Fornecimento: Galão de 3,6 Litros (ou embalagem equivalente de mercado). Propriedades Requeridas do Insumo: Odor: Baixíssimo odor durante aplicação e processo de cura (Baixo VOC). Higienização: Película seca lavável, impermeável e resistente a produtos de limpeza domésticos e hospitalares (sabão, detergentes e soluções cloradas). Proteção: Com aditivo antimofa e bactericida na fórmula. Critérios de Entrega: O produto deverá ser entregue em suas embalagens originais de fábrica, perfeitamente lacradas, contendo rótulo em língua portuguesa com identificação do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade (mínimo de 12 meses de validade restante no ato da entrega). Normatização: O produto deve possuir laudo ou certificação de conformidade com as normas ABNT NBR 11702 e ABNT NBR 15079 (classificação de tintas imunes a lavagens frequentes). MARCAS: SUVINIL, CORALou Sherwin Williams</p>	08	<p>MARCAS: SUVINIL, CORALou Sherwin Williams</p>	R\$ 365,96	R\$ 2.927,68
----	---	----	---	------------	--------------

07	<p>Balcão de Granito Preto SãoGabriel (ou equivalente técnico de igual ou superior qualidade em termos de dureza, resistência mecânica e baixa porosidade), destinada à utilização como bancada central tipo ilha em laboratório de agroindústria. O material deve apresentar coloração preta com granulação média a fina homogênea, padrão visual uniforme e plano, sendo totalmente isento de trincas, fissuras, veios profundos, poros abertos, manchas ou estucagens que comprometam a higiene, a assepsia ou a resistência estrutural da peça. Dimensões nominais da peça: 3,01 m (comprimento) x 1,01 m (largura) x 0,02 m (espessura nominal). Área nominal total: 3,04 m². Processamento e Acabamento Periférico: Corte retilíneo executado em maquinário industrial de precisão, com tolerância dimensional máxima de ± 2 mm. As faces superior e as 04 (quatro) bordas laterais que compõem todo o perímetro da peça devem receber acabamento polido, lustrado e bisotado (com quebra-canto milimétrica) por processo mecânico abrasivo, garantindo rugosidade nula para evitar o acúmulo de microrganismos ou resíduos orgânicos nas quinadas. Tratamento de Superfície Obrigatório: Aplicação industrial de selador impermeabilizante oleó-fugo e hidrófugo de alto desempenho, específico para proteção contra ataques químicos moderados (ácidos, bases e solventes laboratoriais) e infiltração de fluidos orgânicos. Normas Técnicas de Referência: O material e seus ensaios de caracterização tecnológica devem atender rigorosamente aos requisitos das normas ABNT NBR 15844 (Rochas para revestimento — Requisitos para granitos) e ABNT NBR 15845, atestando baixos índices de absorção de água (≤ 0,4%) e alta resistência ao desgaste.</p>	02	XXXXXXXXXX	R\$ 1.633,13	R\$ 3.266,26
08	<p>Caixa de Água de Polietileno com Tampa 5.000L Azul. Reservatórios fabricados conforme Norma NBR 14799 da ABNT. Capacidade: 5.000L; Altura com tampa: 2,00 m, Altura sem tampa: 1,63 m. Diâmetro com tampa: 2,45 m. Diâmetro sem tampa: 2,37 m. Diâmetro da base: 1,85 m; Resistência, flexibilidade e sustentabilidade garantidos; Matéria-prima 100% virgem, com tecnologia anti-UV. Fabricada em Polietileno de alta qualidade Superfície interna lisa que facilita a limpeza. Sistema de encaixe de tampa que impede a entrada de sujeira. NBR 14799 (Fortlev/Tigre)</p>	01	XXXXXXXXXX	R\$ 5.653,33	R\$ 5.653,33

TOTAL GERAL

R\$ 20.803,14

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. A entrega será realizado em entrega única, no prazo máximo de **15 dias a contar do recebimento da nota de empenho**.

1.5. A entrega deverá ser feita no Almojarifado do IF Baiano Campus Serrinha.

1. 1. **Em caso de divergência entre a descrição contida no código CATMAT e a DESCRIÇÃO PRESENTE NESTE AVISO, contido na tabela acima, prevalecerá ESTE ÚLTIMO.**

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#) concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da

personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. Sociedades cooperativas.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 8:00 h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.**

4.2.2. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.2.3. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.2.4. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$0,10 (dez) centavos**.

4.3. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.4. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.5. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.6. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.1.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.1.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.2. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (Cento e Oitenta Dias) dias, a contar da data de sua apresentação.**

5.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.3.1. Contiver vícios insanáveis;

5.3.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.4. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.4.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.4.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.6.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.9. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5.11. A proposta com o lance vencedor deverá ser encaminhada, em formato digital, através do e-mail compras@serrinha.ifbaiano.edu.br com cópia para o e-mail laercio.cristo@ifbaiano.edu.br

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios

eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, pelo e-mail compras@serrinha.ifbaiano.edu.br, com cópia para o e-mail laercio.cristo@ifbaiano.edu.br, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. A Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica o reconhecimento de que:

7.2.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.2.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.2.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.2.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;

Serrinha/BA, 26 de Junho de 2026

Larissa Rodrigues de Oliveira Sousa

ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados,

inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual*, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA
DISPENSA ELETRÔNICA N° /2025**

Processo Administrativo n.º 23790.252635.2025-01

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de MATERIAIS ELETRICOS, HIDRAULICOS E DE MANUTENÇÃO PREDIAL EM GERAL, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento para os itens contidos na tabela abaixo:

Item	Especificação	Quant.	Marca	Preço (R\$)
Unitário	Total			

01	<p>Refletor Solar 500W Holofote Led Com Placa Automático Ip67. Principais Características: Acende automaticamente ao anoitecer em modo dimerizado (sistema de fotocélula). Possui uma placa solar com suporte para fixação, e com um cabo 4 metros para interligar ao Refletor. Produto de fácil instalação, sem a necessidade de fios ligados a energia; Acompanha controle remoto de longo alcance em at 10m de distância, podendo ser realizado ajustes de tempo de funcionamento</p> <p>e iluminação; Altograu de proteção (IP67) contrachuvas e tempestades. Indicadopara áreas externas;Especificações Técnicas Potência:500w; Cor da Luz: Br. anco Frio;Temperatura de Cor: 6.500kFluxoLuminoso: 37.500 lms;Autonomia: 1 noite (de 8 a 12h);Tempo de carga Solar: 6 a 8h ;Ângulo de iluminação: 120; Vidaútil: 40.000h; Índice de proteção:Ip67; Material do produto:Acrílico e metal pintado;Tamanho do Cabo: 4m; Controleremoto: Usado apenas para a 1configuração ou mudança defuncionamento; AcionamentoAutomático: Ao anoitecer liga edesliga ao amanhecer; AlturaRecomendada de Instalação: até 8m; Tamanho do Refletor:24x28x3cm. Tamanho da Placa:36x45x2cm. Quantidade deLEDS: 144 Leds; Vida útil daBateria: 20.000 hrs em média;Material da bateria: Células deLithium; Peso total aproximadodo produto: 2.5kg. ITENSINCLUSOS: 01 Placa solarfotovoltaica de 6V; 01 RefletorHolofote Super LED 500W IP67A Prova D'gua; 01 ControleRemoto; 01 Kit com duas pilhasAAA; 01 Kit com 04 conectores;01 Manual; Normas ABNT: NBR15129 e NBR IEC 60529.Garantia mínima: 12 meses</p> <p>MARCAS: Ecosoli, Ecoforce, SolarLight, Fotovolt</p>	04	<p>MARCAS: Ecosoli, Ecoforce, SolarLight, Fotovolt</p>	R\$ 1.053,12	R\$ 4.212,48
----	--	----	---	--------------	--------------

02	<p>Refletor LED 500w IP67 6500kPotência: 500w / tensão: bivolt36x60x6cm Alumínio Preto/temperatura de cor: 6500k – luzbranca / fluxo luminoso: 37.500lúmens / grau de proteção: IP67.Especificação Técnica: Potência:500W Temperatura de Cor:6500K (branco frio) Grau deProteção (IP): IP67 (proteção totalcontra poeira e submersãotemporária) Tensão: Bivolt (110V/220V) Fluxo Luminoso: Variatipicamente de 37.500 a 50.000lúmens, ou até mais em modelos industriais Vida Útil Estimada:Geralmente entre 40.000 e 50.000horas Material: Comum aconstrução em alumínio e vidrotemperado para durabilidade eleveza; Tecnologia LED:Frequentemente utiliza tecnologiaSMD de última geração paramaior eficiência energética. ABNT: NBR 15129 e NBR IEC60529 Garantia mínima: 12 meses.MARCAS: AVANT, G-LIHTou TASHIBRA.</p>	05	<p>MARCAS: AVANT, G-LIHTou TASHIBRA.</p>	R\$ 424,48	R\$ 2.122,40
03	<p>Ralo Linear Modular com CaixaColetora Plástica e Grelha deAlumínio. Descrição do Objeto:Sistema de drenagem linearmodular composto por caixascoletoras inferiores (corpo doralo) injetadas em plástico de altaresistência (PVC ou polietileno) e grelhas removíveis superiores emalumínio. Totais do Conjunto:Extensão linear total de 200 cm a210 cm por largura nominal de 15cm a 16 cm, obtida através doacoplamento estanque de módulosintercalados. Características daCaixa Coletora (Chassi): Corpoem peça plástica moldada comsaídas integradas (laterais einferiores) preparadas paraconexão em tubulações de esgoto/pluvial de 75 mm ou 100 mm,dotadas de encaixe macho-fêmeapara prolongamento linear etampões de extremidade(cabeceiras). Características daGrelha Superior: Grelhaestruturada em alumínio comacabamento natural, vazada porrasgos transversais para captaçãode água, equipada com telainterna inferior de malha fina(anti-inseto e antirrato) emalumínio ou nylon para evitar aentrada de pragas urbanas epassagem de resíduos sólidos.Instalação e Normas:Nivelamento plano com o pisoacabado do refeitório, fixaçãomecânica por chumbamento embase de concreto/argamassa eatendimento geral à norma ABNTNBR 8160.</p>	01	XXXXXXXXXX	R\$ 503,21	R\$ 503,21

04	<p>Ralo Linear com Caixa Coletora Plástica e Grelha de Alumínio. Descrição do Objeto: Sistema de drenagem linear para piso, composto por caixa coletora inferior (corpo do ralo) injetada em plástico de alta resistência (PVC ou polietileno) e grelha removível superior em alumínio. Dimensões Nominais: 100 cm de comprimento total por largura nominal de 15 cm a 16 cm. Características da Caixa Coletora (Chassi): Corpo em peça plástica moldada com saídas integradas (laterais ou inferiores) preparadas para conexão direta em tubulações de esgoto/pluvial de 75 mm ou 100 mm. Deve possuir encaixes nas extremidades para receber tampões de fechamento (cabeceiras). Características da Grelha Superior: Grelha estruturada em alumínio com acabamento natural, vazada por rasgos para captação de água, com superfície adequada para tráfego de pedestres seguro. Acessórios Obrigatórios: Tela interna inferior de malha fina (anti-inseto e antirrato) em alumínio ou nylon para impedir a entrada de pragas urbanas e resíduos sólidos. Instalação e Normas: Nivelamento plano como piso acabado, fixação mecânica por chumbamento em base de concreto/argamassa e atendimento geral à norma ABNT NBR 8160.</p>	03	XXXXXXXXXX	R\$ 233,86	R\$ 701,58
----	---	----	------------	------------	------------

05	<p>Porta de Giro Mista em Alumínio e Vidro – Linha 25 para Áreas de Serviço/Acessos. Descrição do Objeto: Porta de abrir/ giro de 01 (uma) folha, confeccionada em perfis de alumínio com pintura eletrostática a pó na cor branca. O fechamento deve ser misto, composto por painel cego em lâmbri horizontal de alumínio na seção inferior e quadro com visor de vidro fixo na seção superior, dotado de vedação periférica em borracha ou guarnições elastoméricas. Dimensões Nominais: 210 cm de altura x 90 cm de largura total (incluindo o batente/requadro). Especificação do Vidro Superior: Vidro comum, tipo liso transparente ou impresso (mini-boreal), com espessura mínima de 4 mm, instalado com baguetes de alumínio de forma estanque. Estrutura e Tipologia: Perfis estruturais correspondentes à Linha 25 (bitola comercial de 25 mm). O conjunto deve apresentar rigidez mecânica adequada para o tráfego residencial/comercial padrão, em conformidade com as pressões de vento da região de instalação. Lado de Abertura: Lado direito (conforme planta baixa do projeto). Acessórios Inclusos: O conjunto deve ser fornecido montado, contendo batente (marco) integrado, baguetes de alumínio para fixação do vidro, no mínimo 03 (três) dobradiças em alumínio, fechadura mecânica completa padrão interna/externa (cilindro monobloco) com acabamento cromado ou pintado, maçaneta e contra-testa aplicados. Normas Técnicas de Referência: O material fornecido deve atender aos requisitos mínimos da norma ABNT NBR 10821 (Esquadrias para edificações). Garantia Mínima: 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação e corrosão estrutural.</p>	01	XXXXXXXXXX	R\$ 1.416,20	R\$ 1.416,20
----	--	----	------------	--------------	--------------

06	<p>Tinta Epóxi à Base de Água –Acabamento Brilhante. Descrição do Objeto: Aquisição de tinta de acabamento predial do tipo epóxi, veículo à base de água, com acabamento brilhante, monocomponente ou bicomponente, indicada para aplicação interna sobre superfícies de alvenaria, reboco, gesso ou concreto. Unidade de Fornecimento: Galão de 3,6 Litros (ou embalagem equivalente de mercado). Propriedades Requeridas do Insumo: Odor: Baixíssimo odor durante aplicação e processo de cura (Baixo VOC). Higienização: Película seca lavável, impermeável e resistente a produtos de limpeza domésticos e hospitalares (sabão, detergentes e soluções cloradas). Proteção: Com aditivo antimofa e bactericida na fórmula. Critérios de Entrega: O produto deverá ser entregue em suas embalagens originais de fábrica, perfeitamente lacradas, contendo rótulo em língua portuguesa com identificação do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade (mínimo de 12 meses de validade restante no ato da entrega). Normatização: O produto deve possuir laudo ou certificação de conformidade com as normas ABNT NBR 11702 e ABNT NBR 15079 (classificação de tintas imunes a lavagens frequentes). MARCAS: SUVINIL, CORALou Sherwin Williams</p>	08	<p>MARCAS: SUVINIL, CORALou Sherwin Williams</p>	R\$ 365,96	R\$ 2.927,68
----	---	----	---	------------	--------------

07	<p>Balcão de Granito Preto SãoGabriel (ou equivalente técnico de igual ou superior qualidade em termos de dureza, resistência mecânica e baixa porosidade), destinada à utilização como bancada central tipo ilha em laboratório de agroindústria. O material deve apresentar coloração preta com granulação média a fina homogênea, padrão visual uniforme e plano, sendo totalmente isento de trincas, fissuras, veios profundos, poros abertos, manchas ou estuques que comprometam a higiene, a assepsia ou a resistência estrutural da peça. Dimensões nominais da peça: 3,01 m (comprimento) x 1,01 m (largura) x 0,02 m (espessura nominal). Área nominal total: 3,04 m². Processamento e Acabamento Periférico: Corte retilíneo executado em maquinário industrial de precisão, com tolerância dimensional máxima de ± 2 mm. As faces superior e as 04 (quatro) bordas laterais que compõem todo o perímetro da peça devem receber acabamento polido, lustro e bisotado (com quebra-canto milimétrica) por processo mecânico abrasivo, garantindo rugosidade nula para evitar o acúmulo de microrganismos ou resíduos orgânicos nas quinas. Tratamento de Superfície Obrigatório: Aplicação industrial de selador impermeabilizante oleofugo e hidrófugo de alto desempenho, específico para proteção contra ataques químicos moderados (ácidos, bases e solventes laboratoriais) e infiltração de fluidos orgânicos. Normas Técnicas de Referência: O material e seus ensaios de caracterização tecnológica devem atender rigorosamente aos requisitos das normas ABNT NBR 15844 (Rochas para revestimento — Requisitos para granitos) e ABNT NBR 15845, atestando baixos índices de absorção de água (≤ 0,4%) e alta resistência ao desgaste.</p>	02	XXXXXXXXXX	R\$ 1.633,13	R\$ 3.266,26
----	---	----	------------	-----------------	--------------

08	Caixa de Água de Polietileno com Tampa 5.000L Azul. Reservatórios fabricados conforme Norma NBR14799 da ABNT. Capacidade: 5.000L; Altura com tampa: 2,00 m, Altura sem tampa: 1,63 m. Diâmetro com tampa: 2,45 m. Diâmetro sem tampa: 2,37 m. Diâmetro da base: 1,85 m; Resistência, flexibilidade e sustentabilidade garantidos; Matéria-prima 100% virgem, com tecnologia anti-UV. Fabricada em Polietileno de alta qualidade Superfície interna lisa que facilita a limpeza. Sistema de encaixe de tampa que impede a entrada de sujeira. NBR 14799 (Fortlev/Tigre)	01	XXXXXXXX	R\$ 5.653,33	R\$ 5.653,33
TOTAL GERAL					R\$ 20.803,14

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição em questão visa atender às necessidades do Campus Serrinha no que concerne melhorias na infraestrutura e predial.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Trata-se de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. A entrega deverá ser feita no Almojarifado do IF Baiano Campus Serrinha em **entrega única**.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação:

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. São obrigações do Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no aviso de dispensa e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do aviso de dispensa da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão ou servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no aviso de dispensa e seus anexos.

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no aviso de dispensa, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no aviso de dispensa e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal eletrônica, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade:

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com ou em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no aviso de dispensa licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com Lei nº 14.133, de 2021;

10. DAS SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato

10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1 a 10.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 do Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do

processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

O presente Termo de Referência foi elaborado pela Coordenação de Suprimento e Logística - CSL, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração, e íntegra o processo administrativo.

Serrinha(Ba), 26 de Junho de 2026

Elaborado por:

Othon José Lima do Sacramento

Coordenação de Suprimento e Logística

Portaria nº 1.395/2022

Assessoria ao setor requisitante:

Laércio dos Santos Cristo

Chefe do Setor de Compras e Licitações

Portaria nº 1.186/2018

Aprovação do Termo de Referência:

Larissa Rodrigues de Oliveira Sousa

Diretora-Geral do IF Baiano - Campus Serrinha

PORTARIAS DE PESSOAL DE 312/2026

D.O.U Publicado em: 23/03/2026

Documento assinado eletronicamente por:

- **Laercio dos Santos Cristo, CHEFE - FG01 - SER-COMPRAS**, em 26/06/2026 13:30:06.
- **Othon Jose Lima do Sacramento, COORDENADOR(A) - FG2 - SER-CSL**, em 26/06/2026 13:45:01.
- **Larissa Rodrigues de Oliveira Sousa, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - SER-DG**, em 26/06/2026 14:52:03.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/06/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 867297
Verificador: 9edd41af4c
Código de
Autenticação:



Estrada Vicinal de Aparecida, S/N, Bairro Aparecida, SERRINHA / BA, CEP 48700-000

Fone: None